



SAÚDE / Governo federal recebeu as primeiras unidades do Implanon para distribuição. A meta é entregar, até o fim de 2026, 1,8 milhão de unidades do dispositivo em todo o país

Contraceptivo moderno no SUS

» RAFAELA BOMFIM*
» LETÍCIA CORRÊA*

O governo federal deu início à oferta do implante contraceptivo subdérmico (Implanon) no Sistema Único de Saúde (SUS). O Ministério da Saúde recebeu o primeiro lote com mais de 100 mil unidades do dispositivo, além de 100 kits de treinamento para capacitar médicos e enfermeiros responsáveis pela inserção do método na rede pública. Com alta eficácia e longa duração, o novo implante subdérmico será incorporado na saúde pública para prevenir a gravidez.

Assim como o Dispositivo Intrauterino (DIU), o Implanon tem validade de até três anos e não depende do uso contínuo ou da adesão da mulher, como ocorre com pílulas e injetáveis. A meta do governo é distribuir, até o fim de 2026, 1,8 milhão de unidades, sendo 500 mil neste ano. O investimento estimado é de R\$ 224 milhões.

A distribuição começará em outubro e será direcionada prioritariamente a estados e municípios com maiores índices de vulnerabilidade social e gravidez na adolescência. “Todas as nossas adolescentes e mulheres em idade fértil, de 14 a 49 anos, vão poder buscar mais essa opção de saúde sexual e reprodutiva nas unidades”, afirmou a secretária de Atenção Primária à Saúde, Ana Luiza Caldas.

Para o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a incorporação do método marca uma nova etapa no país. “É uma revolução que vai garantir acesso gratuito às mulheres a uma medicação que costuma custar muito caro no serviço privado. O implante contribui não só para prevenir a gravidez, mas, na prática, vai reduzir a mortalidade materna que temos no país. Conseguimos garantir essa compra que já vai atender a 100 mil mulheres no SUS”, disse.

O fornecimento do Implanon será acompanhado das Oficinas de Qualificação para a Implementação do Implante Subdérmico. Além de capacitar profissionais para a

inserção e retirada do dispositivo, os encontros vão envolver gestores municipais para discutir medidas para a implementação do método nos territórios.

Como funciona

O Implanon é um bastonete de plástico semirrígido, com 68mg de etonogestrel, hormônio que inibe a ovulação e torna o muco cervical mais espesso, dificultando a passagem dos espermatozoides. O procedimento de colocação é simples, realizado em consultório com anestesia local, geralmente no braço não dominante da mulher.

Segundo a ginecologista e obstetra Fernanda Torino, é um dos métodos contraceptivos mais seguros, pois não existe falha de uso, já que não depende da adesão da paciente. Ela explica que o implante tem duração de três anos. “Caso não haja mais desejo de contracepção, a fertilidade retorna rapidamente”, acrescenta.

Na rede particular, atualmente, o Implanon tem custo de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil. Torino aponta que os principais efeitos colaterais são alterações do ciclo menstrual, cefaleia, acne e mastalgia (dor nas mamas). “Após a colocação, entre 20% e 40% das usuárias terão amenorreia, ou seja, deixarão de menstruar. Nos primeiros meses, é comum algum sangramento irregular em pequena quantidade, mas com o tempo há redução do fluxo”, diz.

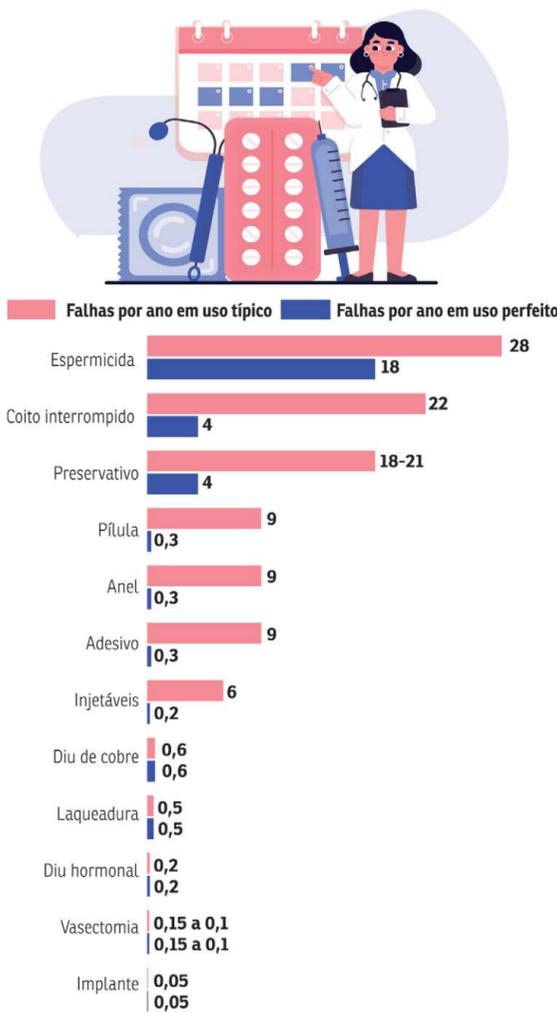
Métodos disponíveis

O Implanon se junta ao DIU de cobre como método reversível de longa duração (LARC) oferecido pelo SUS. Além deles, a rede pública disponibiliza preservativos masculino e feminino, anticoncepcionais orais, pílulas de progestagênio, injetáveis mensal e trimestral, além de esterilização cirúrgica por laqueadura e vasectomia. Apenas os preservativos oferecem proteção contra infecções sexualmente transmissíveis.

A decisão de incorporar o Implanon foi anunciada em julho

Implanon no SUS

Taxa de falha de métodos contraceptivos (Em %)



Fonte: OMS

pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). Desde então, o Ministério da Saúde iniciou a atualização das diretrizes clínicas, aquisição dos insumos e organização da rede para a

implantação da nova tecnologia.

Os planos de saúde cobrem, de forma obrigatória, o implante subdérmico (Implanon) desde setembro de 2025, para mulheres de 18 a 49 anos. A inclusão foi feita em atendimento à

Recuo em série

Menor taxa de natalidade

Estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, revelou que o país apresentou o menor número de nascimentos em 49 anos. Foram 2.518.039 registros de crianças nascidas, o que representou um recuo de 0,8% em relação a 2022. Esse foi o quinto recuo consecutivo. Pesquisadores acreditam que os motivos para a diminuição de métodos contraceptivos e a mudança da perspectiva de vida das mulheres, como a valorização do trabalho e estudos.

Lei 14.307, que determina a inclusão no Rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de tecnologias incorporadas ao SUS após recomendação da Conitec.

“Se o consumidor tiver dificuldade em obter atendimento, a ANS recomenda que procure primeiro a sua operadora. Caso o problema não seja resolvido, o beneficiário pode entrar em contato com a Agência por qualquer um de seus canais de atendimento: ligação gratuita para o Disque ANS, no 0800 701 9656; pelo atendimento eletrônico no site da ANS; presencialmente em um dos 12 Núcleos da Agência existentes nas cinco regiões do país; ou pela central de atendimento a deficientes auditivos pelo 0800 021 2105”, comunicou o órgão.

*Estagiárias sob supervisão de Luana Patriolino

POLÍCIA

Influenciador preso por desvio no Pix

A Polícia Federal prendeu na noite de sábado no Aeroporto de Buenos Aires, na Argentina, o influenciador digital e empresário Gabriel Spalone. Ele é suspeito de participar de um grupo acusado de desviar R\$ 146 milhões por meio de fraudes no sistema Pix e chegou a ser incluído na Difusão Vermelha da Interpol, usada por forças de segurança para compartilhar informações de foragidos.

De acordo com a PF, o influenciador foi preso depois de desembarcar de um voo que saiu do Panamá. A operação contou com o apoio da Polícia Civil de São Paulo e das autoridades de Argentina, Panamá, Paraguai e Estados Unidos. Spalone ficará detido na Argentina e, depois, será extraditado para o Brasil.

O advogado Eduardo Maurício, que representa Spalone, disse em nota que entregou provas da inocência do empresário e que pediu revogação da prisão, pendente de decisão judicial. “Dr. Eduardo Maurício afirma que exercerá a defesa do influencer e empresário no processo de extradição que se inicia na Argentina, e, em paralelo, já foi fornecida provas da sua inocência e já foi requerida no Brasil a revogação da sua prisão pendente de decisão judicial”, afirmou.

Operação Dubai

Gabriel Spalone é dono da Dubai Cash e da Next Trading Dubai, fintechs voltadas para operações com pagamentos e investimentos. Ele tem residências na capital paulista e em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A Dubai Cash informou, em sua rede social, ter movimentado mais de R\$ 2 bilhões por Pix. A Next diz ser uma empresa de serviços financeiros de escala global.

A Polícia Civil constatou que o esquema utilizou diversas contas mantidas junto à instituição bancária para recebimento dos valores. As investigações apontaram também que os golpistas utilizaram o Pix como meio de transferência. (Agência Estado)



SÉRGIO ABRANCHES

A EXTREMA-DIREITA É UMA MINORIA NA SOCIEDADE, ESTÁ SUPER-REPRESENTADA E, DE BRAÇOS DADOS COM O CENTRÃO INVERTEBRADO, TEM CONSEGUIDO ESCABROSAS APROVAÇÕES. NA PESQUISA QUAEST, 12% SE DIZEM “BOLSONARISTAS” E 20% “DE DIREITA”. OS EXTREMISTAS NÃO CHEGAM A 15%

O Congresso contra a sociedade

O Brasil não concorda com a proteção de parlamentares criminosos que a Câmara aprovou. O Senado sentiu a pressão das ruas e seu presidente, Davi Alcolumbre, enviou a PEC à Comissão de Constituição e Justiça, que o enterrou. Mas ainda querem anistiar os golpistas, leia-se Bolsonaro; o país não quer, na pesquisa Datafolha, 61% são contra o governo anistiá-lo e 54% contra uma anistia pelo Congresso.

Esse Congresso não representa a sociedade. O Centrão, que não tem espinha dorsal, segue a reboque dessa minoria, rejeitada pela sociedade na eleição presidencial de 2022. Nele, estão muitos dos que desejavam ardentemente a blindagem. Temem a Justiça. Quem aposta nesse caminho arrisca ser também barrado nas

urnas. Mesmo com o dinheiro de emendas e dos fundos, há limite da tolerância dos eleitores para com os desmandos dos eleitos.

Os deputados ultrapassaram esses limites ao aprovar duas medidas tão amplamente rejeitadas pela maioria dos brasileiros. Ao aprovar a PEC da Bandidagem — para proteger corruptos, assediadores, os que agredem as mulheres, perseguem cidadãos nas ruas de pistola em punho, caluniam e difamam — os deputados ampararam a extrema-direita que chegou ao poder mentindo e se dizendo contra a corrupção.

O eleitor não se acumplicia com esses abusos. Os democratas foram para as ruas e denunciaram o divórcio entre o Legislativo e a sociedade. Não adianta os extremistas negarem.

As mudanças de rumo depois das manifestações mostram que a maioria real continua sensível ao que diz o povo. Pelo menos parece estar mais atenta ao que diz a maioria social.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), autor da manobra afrontosa que contrabandeou o voto secreto, derrubado em primeiro turno, para a PEC, teve que rejeitar o truque indecoroso do PL de eleger líder da minoria o deputado fugido, que conspira contra o país na Corte de Washington. Ora, este parlamentar perdeu o direito ao mandato e está próximo a ser julgado por seus crimes. O projeto de anistia, que estava em linha reta para aprovação, passou a andar em círculos. Está no terreno do talvez. A sociedade já disse um definitivo não. Não faz sentido

o Legislativo mudar a dosimetria do transitado em julgado.

Mas falta muito ainda para a Câmara se acertar com o país e o Senado mostrar que está atento à vontade popular. As palavras que ecoam nas ruas, nas plateias dos shows de massa, nos teatros e nos cinemas são “sem anistia”.

A palavra que mais se ouve no Congresso para justificar anomalias como a anistia é “pacificar o Brasil”. Ora, o Brasil está em paz, dispensa pacificadores. Quem está em guerra com o Brasil é o Congresso. É ele que tem que pacificar sua relação com a maioria dos cidadãos e eleitores brasileiros. O caminho está dado pelas ruas. Nem anistia, nem dosimetria cordial.

O artigo 5º da Constituição democrática brasileira garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” No seu inciso LIV, já assegura as

garantias necessárias aos que sejam ou se presumam inocentes em uma ordem democrática: “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.” Não há blindagem melhor do que a Constituição e o devido processo legal. Inocentes não temem a aplicação da lei. Só culpados, que sabem de suas culpas e precisam ser isentados do devido processo legal.

Toda anistia a penas transitadas em julgado, a partir de condenações com amplo direito de defesa e profusão de provas, é uma agressão à igualdade definida no artigo quinto e suas cláusulas. Ela sempre significará algum tipo de discriminação. Anistiar condenados após o devido processo legal é uma forma de discriminação. Significa privilegiar um criminoso sobre todos os outros para o pôr fora do alcance da lei. Nada justifica considerar um cidadão superior aos demais, portanto isento de

responsabilidade penal por seus crimes. Eles já têm o privilégio de foro.

Anistia é para os que foram aprisionados, condenados, abusados, sem o devido processo legal, como nas ditaduras. Anistiar alguém em abstrato, por crimes passados, presentes e futuros é uma aberração, que só pode sair de mentes em séria desavença com a sociedade, a democracia e a decência.

Se os parlamentares querem melhorar a Justiça, o caminho é outro. As cadeias estão cheias de brasileiros, a maioria negros, presos sem culpa formada, sem direito à defesa, sem trânsito em julgado. Procurem meios para corrigir essa anomalia, novos pesos e contrapesos para prisões com viés racial, o exame urgente desses casos para soltar quem foi preso ilegalmente. Ninguém pode ir para a prisão sem passar pelo crivo da promotoria e do juiz. Deixemos as cadeias livres para os criminosos.